ATA 682

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em primeira chamada, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS), na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, situada na Rua Fernando Abott, nº 940. Estiveram presentes os conselheiros titulares Célia Margit Zingler, Eliane Ebert Mielke, Lia Gonçalves Possuelo, Luis Selmar Queiroz, Andreia Cristina Becker, Ediberto Oliveira Machado, Miriam Thier, Darci Benke, Pedro Jercei Marques Correa, Salete dos Passos Faber, Juliano Machado, Manoel José Trindade Teixeira e Janete Jaeger. Participaram também as conselheiras suplentes Denise Henriqson e Carolina Galan de Lima, além da Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutzmacher Graebner. A presidenta do CMS, Célia Margit Zingler, saudou os presentes e passou a palavra à conselheira Lia Gonçalves Possuelo, que cumprimentou o professor Douglas Weber, docente do Curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), e os estudantes presentes. Informou que parte dos acadêmicos participantes do PET-Saúde Clima acompanhava a reunião e que o professor Camilo Darsie de Souza realizaria a apresentação do programa aos conselheiros. Verificado o quórum regimental, **primeiro item da pauta**, a presidenta deu início aos trabalhos, conforme a pauta previamente estabelecida. Como **segundo item da pauta**, a Ata nº 681 foi submetida à apreciação dos presentes. Consultados sobre a existência de divergências ou considerações, os conselheiros passaram à votação, sendo a ata aprovada por unanimidade. Em seguida, a presidenta Célia Margit Zingler abriu espaço para inscrições nos Informes e Assuntos Gerais, **terceiro item da pauta**, tendo se inscrito as conselheiras Miriam Thier, Salete dos Passos Faber e Carolina Galan de Lima, além da Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutzmacher Graebner. A conselheira Miriam Thier informou sobre a realização de evento promovido pelo Conselho Regional de Odontologia, com apoio do Conselho Federal de Odontologia, do Curso de Odontologia da UNISC e de outras entidades da região. O encontro, alusivo ao Dia do Dentista, teria como objetivo proporcionar capacitação aos profissionais e interessados, abordando a odontologia e o atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Informou que haveria palestras com uma profissional especialista no atendimento a pacientes com TEA e com uma cirurgiã-dentista que também é mãe de uma pessoa autista, seguida de roda de conversa com representantes de entidades e profissionais da área. A conselheira destacou a importância de ampliar o olhar da odontologia para o atendimento integral desses pacientes e convidou os conselheiros a participarem da atividade. A conselheira Salete dos Passos Faber destacou a importância do PET-Saúde Clima e da inserção dos futuros profissionais na rede de serviços e junto à comunidade, ressaltando a relevância da integração entre ensino e serviço. Também relatou sua participação, juntamente com as conselheiras Lia e Célia, na entrega de equipamentos do Serviço de Reabilitação Física da Universidade, que atende aproximadamente 23 municípios por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), disponibilizando cadeiras de rodas motorizadas e outros equipamentos gratuitamente aos usuários. Ressaltou a importância do fortalecimento do SUS e da atuação da UNISC na oferta desses serviços à população regional. Na oportunidade, manifestou preocupação com a falta de protetor solar há mais de um mês, especialmente considerando o período de maior intensidade das atividades agrícolas e a exposição dos trabalhadores rurais ao sol. Esclareceu que se trata de uma política estadual e informou que houve reunião com a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde para buscar esclarecimentos sobre a falta do produto, situação que, segundo relatou, se repete anualmente em razão de questões relacionadas aos processos de aquisição. A conselheira Carolina Galan de Lima informou sobre a campanha Outubro Rosa promovida pelo Hospital Santa Cruz, em parceria com o CDI e o CDI Mulher, por meio da comercialização de camisetas e guarda-chuvas, cuja arrecadação será destinada à realização de mamografias gratuitas para mulheres que não possuem condições financeiras de custear o exame. Relatou que, no ano anterior, foram distribuídos 97 “vouchers” para

mamografias, com a participação da Liga de Combate ao Câncer e da Secretaria Municipal de Saúde. Informou que as camisetas, ao valor de R$ 65,00, poderiam ser adquiridas no Hospital Santa Cruz e na farmácia da UNISC, convidando os conselheiros a apoiarem a iniciativa. Na sequência, a presidenta Célia questionou a Secretária Municipal de Saúde sobre o funcionamento dos serviços durante o período de turno único. A secretária Denise esclareceu que o horário reduzido abrangia a área administrativa e alguns setores, como PIM, Bem-Me-Quer, Central de Regulação, Vigilância e Farmácia Municipal. Informou que as unidades de saúde, CAPS, CEMAS, CEREST, SAMU, Central Odontológica, Setor de Transportes, Serviço de Fonoaudiologia e Fisioterapia, Agentes de Combate às Endemias e Farmácia Arroio Grande permaneceriam com atendimento em horário normal. O turno único teve início em 19 de outubro, com previsão de término em 31 de dezembro de 2026. Na sequência, a presidenta solicitou a antecipação do **sexto item da pauta**, referente à apresentação de prestações de contas de emendas parlamentares. Representando o Hospital Beneficente Monte Alverne, Delaci Patriz dos Santos apresentou a prestação de contas das seguintes emendas parlamentares: Emenda nº 28630009, do Deputado Federal Giovani Cherini, conforme Portaria GM/MS nº 7.544, de 10 de julho de 2025, no valor de R$ 200.000,00, utilizada para pagamento de terceiros, aquisição de medicamentos e materiais hospitalares; Emenda nº 60060004, da Comissão de Assuntos Sociais, conforme Portaria GM/MS nº 8.442, de 17 de outubro de 2025, no valor de R$ 202.000,00, destinada à realização de 38 procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia, incluindo exames pré-operatórios, consultas pré e pós-operatórias, materiais e medicamentos; Emenda nº 44840004, do Deputado Federal Luciano Zucco, conforme Portaria GM/MS nº 3.708, de 6 de maio de 2024, no valor de R$ 100.000,00, utilizada para pagamento de terceiros e aquisição de medicamentos, materiais hospitalares, materiais de higiene e limpeza. O conselheiro Darci questionou sobre o atendimento aos usuários provenientes de outros municípios, considerando as dificuldades de deslocamento. Foi esclarecido que as secretarias municipais de saúde disponibilizam transporte aos pacientes que necessitam. A conselheira Salete questionou se a manifestação decorria de reclamação de algum usuário ou de situação pessoal do conselheiro Darci, que confirmou se tratar de questão pessoal. A conselheira Salete ponderou que, havendo disponibilização de transporte pelos municípios, estaria sendo assegurado o deslocamento dos usuários. Na sequência, foram lidos os Pareceres Técnicos da Comissão de Finanças nº 045/2026, 046/2026 e 047/2026, todos favoráveis às prestações de contas apresentadas. Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, passou-se ao **quarto item da pauta**, referente ao recebimento de ofício sobre o Vigidesastres – conclusão da análise de risco de desastres. O servidor da Vigilância, Geovane Rigue, apresentou o programa, esclarecendo que o Ministério da Saúde instituiu, em 2022, por meio da Portaria nº 4.185, o Programa de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres, denominado Vigidesastres, com o objetivo de organizar os serviços de saúde para responder às consequências decorrentes de eventos adversos e desastres. Explicou que situações como inundações, alagamentos, deslizamentos, acidentes e epidemias geram demandas diretamente relacionadas aos serviços de saúde, sendo necessária a organização prévia de equipes, recursos e fluxos de atendimento. Informou que, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, foi constituído um grupo de trabalho integrado por profissionais da Atenção Básica, Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental, Epidemiologia, motoristas e servidores da Farmácia Municipal, entre outros setores. Esclareceu que o Município já dispõe de estrutura organizada pela Defesa Civil e de planos de contingência em diferentes áreas, cabendo à Secretaria de Saúde estruturar a resposta específica da área, especialmente quanto ao atendimento de pessoas desabrigadas, à remoção de pacientes que necessitam de diálise ou oxigênio e à disponibilização de recursos humanos e materiais. Relatou que, a partir do histórico de ocorrências no Município, foram identificados como principais riscos as chuvas intensas, os alagamentos, as

inundações, as doenças infecciosas, os vendavais e o granizo. Informou que foi elaborado um mapa de riscos, com a aplicação de metodologia específica, e que o grupo está reunindo informações sobre pessoas com necessidades especiais de atendimento, pacientes que utilizam diálise ou respiradores, idosos, moradores de áreas de risco e profissionais que poderão atuar em situações de emergência. Destacou que o trabalho ainda está em desenvolvimento e que o Município busca ampliar e qualificar a base de informações para possibilitar respostas mais rápidas e adequadas. Ressaltou, ainda, a importância da colaboração do Conselho e de outras instituições, colocando o grupo à disposição para receber sugestões e informações que possam contribuir com o programa. O conselheiro Darci relatou a experiência dos moradores do Bairro Várzea, que, em conjunto com a Associação de Moradores e a Defesa Civil, organizaram um levantamento das residências e das condições dos moradores, identificando pessoas que necessitam de atendimento especial, como cadeirantes e outros usuários com necessidades específicas. Sugeriu que a equipe responsável pelo Vigidesastres participe de uma das reuniões realizadas no bairro, a fim de conhecer o trabalho desenvolvido e aproveitar as informações levantadas. Também disponibilizou um livro elaborado em parceria com a UNISC, contendo relatos de moradores da Bacia do Rio Pardinho sobre as enchentes e suas consequências. O servidor Geovane agradeceu a contribuição e ressaltou a importância de reunir informações que ainda não chegam aos serviços de saúde, especialmente aquelas relacionadas às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. A conselheira Lia agradeceu a apresentação e questionou sobre a composição do grupo de trabalho, especialmente quanto à possibilidade de participação de instituições externas à Prefeitura, que pudessem contribuir com a organização e análise dos dados. O servidor Geovane esclareceu que o grupo da área da saúde é composto por profissionais da própria Secretaria Municipal de Saúde, envolvendo diferentes setores, como Atenção Básica, Atenção Especializada, Saúde Mental, Vigilância Ambiental e Epidemiologia, entre outros. Explicou que, diante de alertas de risco ambiental, os setores se comunicam para organizar a resposta necessária. Também mencionou a participação da Secretaria no Comitê Gestor Municipal, juntamente com a Defesa Civil, no qual são discutidas questões relacionadas às necessidades e aos recursos para atendimento em situações de emergência. A conselheira Lia sugeriu avaliar a possibilidade de ampliar a participação de instituições parceiras no grupo, a exemplo do que ocorreu na elaboração dos planos relacionados à COVID-19 e à Dengue, de modo a agregar diferentes perspectivas e conhecimentos ao planejamento municipal. A conselheira Carolina colocou o Hospital Santa Cruz à disposição para colaborar em situações de catástrofe, destacando a capacidade instalada da instituição e o aumento da demanda hospitalar observado durante as enchentes, especialmente em razão de acidentes e fraturas. O servidor Geovane ressaltou a importância da participação dos hospitais no planejamento, mencionando a necessidade de estabelecer fluxos de comunicação sobre a disponibilidade de oxigênio, funcionamento de geradores, estoques de medicamentos e demais recursos essenciais ao atendimento. Reconheceu que o trabalho ainda está em fase de estruturação e que será necessário aprimorar a integração entre os serviços. A Secretária Denise agradeceu a participação dos servidores envolvidos no trabalho, bem como a colaboração dos demais profissionais e instituições. Destacou a importância de dar visibilidade às ações desenvolvidas pela Secretaria e de compartilhar as informações com os conselheiros, para que possam também transmiti-las à comunidade. Agradeceu especialmente a disponibilidade do Hospital Santa Cruz e reforçou que a colaboração entre os serviços é fundamental em situações de emergência. A conselheira Lia destacou a importância de dar visibilidade ao trabalho de planejamento que vem sendo desenvolvido pelo Município, ressaltando que os conselheiros podem atuar como multiplicadores dessas informações junto à comunidade. Parabenizou a equipe pelo trabalho realizado e colocou-se à disposição para colaborar. Também mencionou que o PET-Saúde Clima poderá contribuir com as ações do Vigidesastres,

especialmente na qualificação do planejamento e na preparação dos serviços e da população para eventuais situações de emergência. A presidenta Célia agradeceu as contribuições e questionou sobre as ações futuras de capacitação da comunidade, mencionando a importância de orientar moradores de prédios e bairros sobre procedimentos de evacuação, saídas de emergência e formas adequadas de agir diante de situações de risco. Citou, como exemplo, a organização de associações de moradores, como a do Bairro Várzea, que já possui experiência na mobilização comunitária. O servidor Geovane concordou com a importância das capacitações e informou que deverão ser realizadas ações de orientação e simulações de desastres, com a participação da comunidade e dos moradores dos bairros. Esclareceu que, embora a Defesa Civil já desenvolva ações em diferentes áreas, a estruturação das capacitações específicas da saúde ainda constitui uma etapa futura do trabalho. Ressaltou que o objetivo é avançar na preparação dos serviços e da população, de forma planejada e criteriosa. Na sequência, passou-se ao **quinto item da pauta**, referente à apresentação das atividades do PET-Saúde Clima. O professor Camilo Darsie de Souza iniciou a apresentação contextualizando que o programa PET-Saúde é uma iniciativa do Ministério da Saúde que promove a integração entre universidades, municípios e secretarias municipais de saúde, por meio de projetos de extensão e pesquisa. Informou que o projeto desenvolvido em Santa Cruz do Sul tem como foco as emergências climáticas, especialmente em razão das enchentes ocorridas na região do Vale do Rio Pardo, e terá duração de dois anos. Relatou que as enchentes atingiram mais de 28 mil pessoas, mais de 15 mil domicílios, 48 serviços de saúde e 43 instituições de ensino. A partir dessa realidade, o projeto busca contribuir para a preparação dos serviços de saúde e das comunidades diante de possíveis emergências climáticas, além de promover a formação de profissionais alinhados a essa perspectiva. Apresentou como objetivos específicos a vigilância e prevenção, por meio da identificação e do monitoramento de riscos nos territórios; o cuidado integral em saúde, com a qualificação do acesso e da continuidade da atenção; a atenção à saúde mental e à saúde do trabalhador, considerando os impactos psicossociais decorrentes dos eventos climáticos; a educação e comunicação, visando ampliar o conhecimento dos trabalhadores, usuários e comunidades; e a formação e equidade, com a participação dos estudantes em atividades interprofissionais. Explicou que os participantes estão organizados em grupos de trabalho, com atuação nas áreas de equidade no território e vigilância em saúde; atenção especializada e integralidade em saúde, incluindo saúde mental, saúde do trabalhador e sistema prisional; e comunicação, inovação e saúde, com mapeamento de riscos a partir de dados e produção de informações para compartilhamento com a comunidade. Informou que o projeto conta com 32 estudantes bolsistas, 11 tutoras universitárias, 13 preceptoras, duas orientadoras de serviço e coordenação compartilhada com a Secretaria Municipal de Saúde. Participam acadêmicos de diferentes cursos, entre eles Medicina, Psicologia, História, Direito, Enfermagem, Educação Física, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia e Produção de Mídia Audiovisual. Relatou que as atividades estão sendo desenvolvidas em Estratégias de Saúde da Família, Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CAPS AD, CAPSIA, CEREST, Vigilância Sanitária, Programa Saúde na Escola e no sistema prisional. Destacou que o projeto pretende contribuir para que os serviços estejam mais preparados para emergências climáticas, promover a integração entre os diferentes níveis de atenção, ampliar a informação das comunidades e fortalecer a formação interprofissional dos estudantes. A presidenta Célia questionou até quando o projeto seria desenvolvido, tendo o professor Camilo esclarecido que sua execução está prevista até agosto de 2028. Na sequência, a acadêmica Milena, do Curso de Enfermagem, relatou uma atividade realizada nos dias 15 e 16 no Presídio de Rio Pardo, voltada à saúde da mulher. Informou que foram abordados temas relacionados aos exames preventivos de mama e colo do útero, com entrega de kits de higiene contendo xampu e sabonete. Também foi abordada a questão do calor extremo no ambiente prisional, em razão das condições do telhado, com

orientações sobre a importância da hidratação, integrando o tema às ações do Outubro Rosa. A conselheira Lia destacou que o grupo de trabalho voltado ao sistema prisional identificou, durante as enchentes, a necessidade de planejamento para a remoção emergencial de pessoas privadas de liberdade, bem como a ausência de discussões mais amplas sobre os impactos das mudanças climáticas nas populações vulnerabilizadas. Sugeriu que a Secretaria Municipal de Saúde avalie a articulação entre o PET-Saúde Clima e a Vigilância, considerando a qualificação dos profissionais e estudantes envolvidos, de modo a fortalecer as ações de capacitação e o planejamento municipal. Outra participante do projeto relatou que, durante visita ao presídio feminino de Rio Pardo, foi identificada a precariedade do acervo da biblioteca, apesar da existência de projeto de incentivo à leitura, por meio do qual as apenadas podem obter redução de pena mediante a apresentação de resumos de livros. Diante disso, o grupo propôs organizar uma campanha de arrecadação de livros para ampliar o acervo da unidade prisional. Conselheira Lia complementou que a campanha de arrecadação de livros será articulada ao PET-Saúde Clima, com a confecção de marcadores de páginas contendo orientações e informações sobre mudanças climáticas, que serão entregues juntamente com os livros. Informou que as doações poderão ser encaminhadas ao espaço disponibilizado na UNISC, junto à sala da própria conselheira, e que, conforme a quantidade arrecadada, poderá ser avaliada a extensão da iniciativa ao presídio de Lajeado. O conselheiro Darci mencionou a construção de uma nova unidade da FASE no Bairro Esmeralda, que contará com espaço destinado ao público feminino, e questionou sobre o número de mulheres de Santa Cruz do Sul que se encontram no presídio de Rio Pardo. A conselheira Lia informou que não dispunha do dado naquele momento, mas que poderia buscá-lo. A conselheira Salete acrescentou que o presídio recebe mulheres de toda a região do Vale do Rio Pardo, totalizando aproximadamente 78 pessoas. A presidenta Célia sugeriu que as doações de livros fossem centralizadas junto ao conselheiro Darci, na Rádio localizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, para posterior encaminhamento ao projeto. Também destacou a importância do PET-Saúde Clima e os desafios envolvidos na elaboração e aprovação de projetos dessa natureza, ressaltando a necessidade de que os recursos públicos investidos retornem à sociedade por meio de ações concretas. A conselheira Denise Henriqson destacou a importância de ampliar o olhar sobre as populações vulnerabilizadas, considerando que os riscos e as consequências dos eventos climáticos atingem as pessoas de maneiras distintas, conforme suas condições sociais, econômicas e de acesso à informação. Ressaltou a necessidade de qualificar a comunicação em saúde e de desenvolver conhecimentos que permitam identificar prioridades e compreender as diferentes vulnerabilidades da população. Também observou que os programas PET vêm ampliando a integração entre diferentes áreas do conhecimento, para além das profissões da saúde, citando a participação de cursos como Direito e outras áreas. Destacou a potencialidade do programa para qualificar a formação profissional e sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde também possa se apropriar dessas iniciativas, inclusive por meio de suas comissões. Na sequência, a presidenta solicitou a antecipação do **décimo item da pauta**, referente à apreciação da reprogramação do plano de trabalho da Portaria GM/MS nº 9.101, de 5 de dezembro de 2025. A servidora Tatiane Belinazo esclareceu que o recurso, no valor de R$ 8.413,00, foi destinado à Rede de Atenção Psicossocial, especificamente aos CAPS, tendo ingressado em 16 de dezembro de 2025. Após a aquisição de computadores, restou saldo de R$ 616,56, cuja reprogramação foi proposta para aquisição de uma poltrona para o CAPSIA. Também foi apresentada a reprogramação do plano de trabalho da Portaria GM/MS nº 4.691, de 1º de julho de 2024, destinada à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Atenção Primária. O recurso, proveniente de emendas do Deputado Federal Heitor Schuch, no valor de R$ 500.000,00, e do Senador Luis Carlos Heinze, no valor de R$ 51.923,00, ingressou em 13 de dezembro de 2024 e contemplou as unidades de saúde Avenida Clementina, Farroupilha, Cohab, Boa Vista e Ingo Ebert. Após as aquisições

realizadas, restou saldo de R$ 83.262,00, cuja reprogramação foi proposta para aquisição de 12 focos auxiliares, 15 desfibriladores externos automáticos, um condicionador de ar de 18 mil BTUs e cinco condicionadores de ar de 12 mil BTUs. Foi esclarecido que os desfibriladores são exigidos pelo CREMERS para as unidades que dispõem desse tipo de equipamento. Na sequência, foram lidos os Pareceres Técnicos da Comissão de Finanças nº 048/2026 e 049/2026, ambos favoráveis às reprogramações apresentadas. Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foi tratado o **oitavo item da pauta**, referente à participação do CMS no Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC. A presidenta Célia informou que o Conselho recebeu, em 24 de setembro, convite para indicar um representante titular e um suplente para integrar o referido Comitê, coordenado pelo professor Renato Nunes. Esclareceu que o Conselho já participou anteriormente dessa instância e que o Comitê é composto por dez integrantes, entre professores da Universidade, representantes dos participantes de pesquisa, estudantes de graduação e representante do Hospital Santa Cruz. A conselheira Salete esclareceu que a representação do Conselho deve ser exercida por integrante da sociedade civil, não podendo ser indicada pessoa vinculada à gestão, aos prestadores de serviços ou à representação de classe. Ressaltou, ainda, a obrigatoriedade da participação do Conselho Municipal de Saúde. A presidenta Célia Margit Zingler colocou seu nome à disposição para a titularidade, e a conselheira Salete dos Passos Faber para a suplência. A conselheira Lia informou que as reuniões ocorrem, provavelmente, na primeira e terceira terças-feiras de cada mês. A presidenta solicitou à primeira secretária a elaboração de ofício ao Comitê de Ética, comunicando as indicações. Dando prosseguimento, foi tratado o **décimo primeiro item da pauta**, referente à aprovação de Projeto de Lei para abertura de crédito suplementar no montante de R$ 2.957.959,45. A servidora Ivanete Mallmann Klein explicou que o artigo primeiro prevê a suplementação de R$ 1.926.575,02 na dotação de serviços hospitalares, decorrente de projeção de repasse estadual para programas junto aos hospitais. O artigo segundo prevê a suplementação de R$ 950.437,08 para serviços do CISVALE, também provenientes de repasse estadual. O artigo terceiro contempla recursos destinados à Atenção Primária, especificamente às Estratégias de Saúde da Família, para contratação de servidores. A presidenta Célia solicitou esclarecimentos sobre a antecipação da suplementação. A servidora Ivanete explicou que o acompanhamento orçamentário é realizado durante todo o ano e que a previsão considera a implantação de novos projetos, como o Saúde da Pessoa Idosa – 60+, com repasse mensal de R$ 130.000,00, não previsto inicialmente no orçamento. Informou que a suplementação é realizada com base na estimativa de arrecadação, cujo ingresso será acompanhado até o final do exercício, e que a antecipação também considera o período de recesso do Legislativo. Na sequência, foi lido o Parecer Técnico da Comissão de Finanças nº 050/2026, favorável à abertura de crédito suplementar. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se ao **décimo segundo item da pauta**, referente à apresentação do Monitoramento da Gestão em Saúde (MGS) do segundo quadrimestre de 2026. A servidora Ivanete explicou que o relatório contempla os recursos estaduais e que as despesas gerais do período já haviam sido apresentadas por ocasião da prestação de contas do RDQA. Informou que, de maio a agosto, foram recebidos R$ 17.842.905,51 em recursos estaduais, com rendimentos de R$ 140.247,98 e despesas de R$ 18.631.896,47. O saldo informado em 31 de agosto foi de R$ 3.090.250,88, enquanto em abril o saldo era de R$ 3.738.993,86. Esclareceu que o relatório é disponibilizado no portal do Governo do Estado e que os dados são conferidos e apresentados ao Conselho. Foi lido o Parecer Técnico da Comissão de Finanças nº 051/2026, favorável à apresentação. Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se ao **décimo terceiro item da pauta**, referente à apresentação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), relativo ao 3º e 4º bimestres de 2026. A servidora Ivanete informou que o percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde foi de 20,92% no terceiro

bimestre e de 22,22% no acumulado de janeiro a agosto, correspondente ao quarto bimestre. A presidenta Célia esclareceu que os conselheiros receberam o documento juntamente com a convocação da reunião e explicou que as informações são elaboradas a partir dos dados declarados pelo gestor municipal do SUS, estando também sujeitas à análise do Tribunal de Contas. A conselheira Salete destacou que, embora o percentual mínimo legal de aplicação seja de 15%, o Município aplicou percentual superior, alcançando quase 6 pontos percentuais acima do mínimo no terceiro bimestre e aproximadamente 7 pontos percentuais acima no quarto bimestre. Na sequência, foi lido o Parecer Técnico da Comissão de Finanças nº 052/2026, favorável à apresentação. Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, foi tratado o **décimo quarto item da pauta**, referente à prestação de contas do 2º Quadrimestre de 2026. A servidora Ivanete apresentou quadro-resumo dos recursos e despesas, informando que as duas contadoras do Conselho e integrantes da Comissão de Finanças realizaram conferência dos documentos, empenhos e notas fiscais junto à Secretaria Municipal de Saúde. Foram apresentados os saldos e as despesas dos recursos destinados à construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER), às emendas parlamentares de custeio da Atenção Primária (PAP I a PAP VII/2025 e PAP I a PAP III/2026), bem como aos recursos destinados à aquisição de equipamentos para os CAPS, SAMU, CEREST, Rede de Frio, SAE, Zoonoses, unidades de saúde e demais serviços municipais. A servidora detalhou as aquisições realizadas, incluindo equipamentos, mobiliário, condicionadores de ar, computadores, bombas de infusão, cilindros de gases, laringoscópios, aspiradores de secreções elétrico, nebulizadores, autoclaves, bisturis elétricos, micro ônibus adaptado para cadeirantes, veículo tipo furgão, equipamentos para unidades de saúde e materiais destinados aos serviços especializados. Também apresentou os saldos remanescentes e esclareceu que parte dos recursos já estava empenhada, aguardando a entrega dos produtos, conferência dos materiais, tramitação das notas fiscais e posterior pagamento. Informou, ainda, que alguns processos de aquisição demandaram substituição de produtos entregues em condições inadequadas e que, em determinados casos, os valores permaneciam comprometidos por processos licitatórios e empenhos já formalizados. Ressaltou que a Secretaria estava acompanhando a execução para evitar a perda dos recursos dentro dos prazos estabelecidos. Foram também apresentados os recursos estaduais destinados ao CEREST, à qualificação da Farmácia de Medicamentos Especiais, à Rede Bem Cuidar e à Atenção Primária, bem como emendas parlamentares estaduais e federais destinadas à aquisição de equipamentos e ao custeio dos serviços. Na sequência, a conselheira Lia questionou os prazos para execução das emendas. A servidora Ivanete esclareceu que os recursos de custeio e Atenção Primária não possuíam, naquele exercício, prazo específico de execução, sendo a intenção concluir a aplicação no período aproximado de um ano a um ano e meio. Quanto aos recursos destinados à aquisição de materiais permanentes, informou que o prazo é de 24 meses, contados a partir do ingresso do repasse, para empenho e pagamento. Na sequência, foi lido o Parecer Técnico da Comissão de Finanças nº 053/2026, favoráveis à prestação de contas apresentada. Submetida à votação, a prestação de contas foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se ao **décimo quinto item da pauta**, referente ao Plantão Central, também denominado UPA Central. A Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutzmacher Graebner, informou que solicitou a inclusão do assunto para apresentar ao Conselho os motivos que levaram à decisão de reorganização do serviço, ressaltando a importância da transparência e da participação do controle social. A secretária apresentou um breve histórico, esclarecendo que o imóvel foi originalmente construído para abrigar a Unidade Básica de Saúde Clementina e que, posteriormente, recebeu adaptações para implantação da UPA Central, em setembro de 2024. Informou que o serviço é mantido exclusivamente com recursos municipais, uma vez que a habilitação junto ao Ministério da Saúde foi negada. Destacou que a manutenção do serviço representa custo mensal de aproximadamente R$ 574.000,00, sem repasses federais ou estaduais específicos. Explicou que,

diante da necessidade de avaliar a sustentabilidade dos serviços e a utilização dos recursos públicos, a Secretaria decidiu não renovar o contrato de gestão da UPA Central, cujo encerramento está previsto para o início de dezembro. Informou que o prédio retornará à finalidade original, passando a abrigar novamente a UBS Clementina, o que também permitirá deixar de pagar a locação do imóvel atualmente utilizado pela unidade. Acrescentou que existe a intenção de transferir a Central Odontológica para o mesmo local, considerando que a produção do serviço, por não estar vinculada a uma unidade básica de saúde, apresenta limitações para fins de registro e contabilização pelo Ministério da Saúde. A secretária ressaltou que a decisão não representa diminuição da importância da assistência à saúde, mas uma reorganização da rede, buscando sustentabilidade financeira e melhor utilização dos recursos públicos. Informou que os fluxos de atendimento deverão ser reorganizados e que a população será orientada quanto aos serviços disponíveis. A conselheira Salete ponderou que, diante da importância do tema, seria necessário maior tempo para discussão. Questionou se a Secretaria havia realizado estudo de impacto sobre o número de atendimentos realizados na UPA Central, considerando os períodos diurno e noturno, e para onde os usuários seriam encaminhados após o encerramento do serviço. Também questionou a previsão de início do funcionamento do CIBS. A secretária Denise esclareceu que não dispunha, naquele momento, da divisão dos atendimentos por período, mas informou que a UPA Central registra maior procura do que a UPA Esmeralda, em razão da facilidade de acesso. Destacou, contudo, que a UPA Esmeralda foi construída especificamente para essa finalidade, recebeu recursos do Ministério da Saúde e possui financiamento federal e estadual, enquanto o imóvel da UPA Central foi originalmente destinado à UBS Clementina e não atendeu aos requisitos necessários para habilitação como UPA. Informou, ainda, que já existem tratativas para implantação de uma UPA na região da Cidade Alta, cujo planejamento deverá ser iniciado conforme as exigências do Ministério da Saúde, buscando a construção de uma unidade adequada às normas e com possibilidade de financiamento federal. Quanto ao CIBS, esclareceu que o prefeito definiu como possibilidade de instalação o imóvel onde atualmente funciona a Procuradoria-Geral do Município (PGM), localizado atrás do Centro Administrativo I. Informou que estão sendo avaliadas as adequações necessárias, com apoio da arquiteta, e que a mudança dos setores atualmente instalados no Centro Administrativo I para o Centro Administrativo II deverá ocorrer no início do próximo ano, possibilitando a reorganização dos espaços. A conselheira Salete esclareceu que seus questionamentos tinham como objetivo compreender os impactos da decisão e a organização dos encaminhamentos à população. Destacou que o serviço é reconhecido pelos usuários pela qualidade do atendimento e que será necessário estabelecer orientação clara sobre os locais de atendimento, evitando que a população fique desassistida ou desinformada durante a transição. Também sugeriu avaliar a possibilidade de manter o serviço até o início das atividades do CIBS, a fim de minimizar os impactos, e ressaltou a importância de considerar a distribuição territorial dos serviços, especialmente para a população da região norte e do meio rural. A secretária Denise informou que está sendo avaliada a possibilidade de manter a UBS Clementina em horário estendido no início do funcionamento, justamente para orientar os usuários e facilitar a transição. Esclareceu que a procura pelos serviços de pronto atendimento permanece elevada, inclusive para situações de menor complexidade, classificadas como fichas verdes e azuis. A conselheira Andreia Cristina Becker, representando o Hospital Ana Nery, relatou que a UPA Central e a UPA Esmeralda apresentam estruturas distintas, sendo a unidade da Esmeralda construída especificamente para essa finalidade. Informou que a UPA Central realiza grande volume de atendimentos, especialmente nos meses de inverno, quando ultrapassou 4.500 atendimentos mensais entre abril e agosto. Nos meses de verão, o número costuma reduzir para aproximadamente 3.500 atendimentos. Manifestou preocupação com a possibilidade de sobrecarga da UPA Esmeralda e do Pronto Atendimento do Hospital Santa

Cruz, especialmente considerando as dificuldades de deslocamento da população da região central e norte. Também destacou as limitações estruturais da UPA Central, que funciona em espaço adaptado e não dispõe de condições equivalentes às da unidade da Esmeralda. Ressaltou que a reorganização envolve não apenas a gestão e os usuários, mas também os trabalhadores, cujas escalas e vínculos precisam ser ajustados com antecedência. A conselheira Janete Jaeger lamentou a decisão, relatando que utiliza os serviços e que não possui condições de deslocamento até a UPA Esmeralda. Também manifestou preocupação com o tempo de espera no Pronto Atendimento do Hospital Santa Cruz e solicitou que a questão fosse reavaliada. A secretária Denise esclareceu que a decisão já havia sido tomada pela gestão e que o momento também está relacionado ao encerramento dos contratos hospitalares e à necessidade de adequação à nova legislação de licitações. Informou que os serviços atualmente vinculados ao contrato de gestão com o Hospital Ana Nery, incluindo UPA Central, UPA Esmeralda, Hospitalzinho e CEMAI, deverão ter seus serviços em um outro contrato, enquanto os serviços hospitalares serão tratados em instrumento contratual próprio. Ressaltou que a decisão está sendo comunicada com antecedência para possibilitar a organização dos trabalhadores e o cumprimento dos prazos necessários, inclusive quanto aos avisos prévios. Destacou que a manutenção de um serviço sem financiamento adequado pode comprometer os pagamentos e a sustentabilidade da prestação dos serviços. O conselheiro Darci manifestou-se contrário ao encerramento da UPA Central, ressaltando que o serviço foi bem recebido pela população e apresenta grande volume de atendimentos. Questionou a retirada de um serviço considerado importante pelos usuários e demonstrou preocupação com a transferência da demanda para outras unidades. A secretária Denise reiterou que o custo mensal de aproximadamente R$ 574.000,00 representa cerca de R$ 7 milhões ao ano, valor que precisa ser considerado no planejamento orçamentário. Destacou que a manutenção de um serviço de baixa complexidade, sem os repasses necessários, torna-se financeiramente inviável, especialmente diante da predominância de atendimentos classificados como fichas verdes e azuis. A conselheira Salete sugeriu que as particularidades da decisão fossem tratadas com atenção e que a Secretaria reforçasse o processo de orientação à população, indicando claramente os locais de atendimento e os fluxos de acesso aos serviços. Ressaltou a importância de organizar uma transição que minimize os impactos para os usuários. O conselheiro Juliano Machado questionou qual seria o custo mensal e anual do futuro CIBS e de onde seriam provenientes os recursos para sua implantação e manutenção. A secretária Denise esclareceu que ainda não havia estimativa de custos, pois o projeto estava em fase de elaboração e definição dos serviços que poderão ser instalados no local. Informou que existe a intenção de disponibilizar aproximadamente seis ambulatórios, entre eles o Ambulatório da Dor, além do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), serviço cuja implantação vem sendo buscada pelo Município e que conta com possibilidade de financiamento federal e estadual. Ressaltou que a gestão pretende realizar os estudos necessários antes de implantar novos serviços, evitando dificuldades futuras de manutenção. A vice-presidenta Lia Gonçalves Possuelo destacou que a decisão exigirá atenção aos impactos sobre a população e sobre a rede de serviços. Recordou as discussões anteriores acerca da implantação da UPA Central e mencionou também a necessidade de acompanhar o número mínimo de atendimentos exigido para manutenção do credenciamento e do financiamento da UPA Esmeralda. Ressaltou que a permanência da UPA Central pode influenciar a distribuição dos atendimentos e comprometer o alcance dos parâmetros necessários à manutenção do financiamento da unidade da Esmeralda. Reconheceu que a decisão poderá gerar críticas e dificuldades, mas destacou a importância de que os conselheiros compreendam os motivos apresentados pela gestão e possam prestar esclarecimentos à comunidade. A secretária Denise reforçou que, embora o valor mensal possa parecer compatível com o orçamento total da Secretaria, sua manutenção representa esforço financeiro significativo, especialmente diante das

oscilações de arrecadação e das dificuldades enfrentadas para manter os pagamentos em dia. Reiterou que a decisão considera a disponibilidade de recursos e a necessidade de assegurar a continuidade dos demais serviços de saúde. A vice-presidenta Lia agradeceu os esclarecimentos e a presença dos participantes. Foi informado que a próxima reunião do Conselho está prevista para o dia 10 de novembro de 2026. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, foi lavrada a presente ata por Eliane Ebert Mielke, primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde, a qual, após leitura, discussão e aprovação, será assinada pela primeira secretária e pela presidenta do Conselho, Célia Margit Zingler.

gov.br
Documento assinado digitalmente
CELIA MARGIT ZINGLER
Data: 04/11/2026 13:55:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde

gov.br
Documento assinado digitalmente
ELIANE EBERT MIELKE
Data: 04/11/2026 14:03:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde